



# Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso

Secretaria Geral do Tribunal Pleno

---

## **INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02/2002**

***Regulamenta o artigo 209 e seu parágrafo único e artigo 210, todos da Resolução nº 02, de 21 de maio de 2002, que dispõe sobre a alteração e consolidação do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.***

**O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições, de acordo com o artigo 4º da Lei Complementar nº 11, de 18 de dezembro de 1991, e alínea “n”, do inciso IV, do artigo 26, da Resolução nº 02, de 21 de maio de 2002, e;

**CONSIDERANDO** as disposições da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000;

**CONSIDERANDO** as alterações introduzidas na Resolução nº 43/2001 pela Resolução n.º 03/2002, ambas do Senado Federal;

**CONSIDERANDO**, ainda, a necessidade de maior celeridade e certeza no procedimento de emissão das certidões necessárias aos órgãos que pretendam receber ou conceder recursos através de transferências voluntárias,

### **RESOLVE:**

**Art. 1º** As Certidões Negativas de Débito, bem como as demais certidões a serem expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso devem ser solicitadas ao seu Presidente, através de requerimento, ofício, fax ou pelo endereço eletrônico [www.tce.mt.gov.br](http://www.tce.mt.gov.br);



# Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso

Secretaria Geral do Tribunal Pleno

---

**Parágrafo único.** Os pedidos de certidão, via fax, devem ser fotocopiados imediatamente após o seu recebimento, para que, posteriormente sejam acrescentados os dados pessoais e a assinatura de quem retirar a certidão, e os solicitados pela Internet serão oficializados através de modelos a serem preenchidos pelo solicitante no ato de sua retirada.

**Art. 2º** As certidões serão expedidas seguindo uma seqüência numérica anual, iniciando a cada ano uma nova contagem e conterão as informações solicitadas, seguidas das assinaturas do servidor que as verificou, do Inspetor Geral de Controle Externo e do Presidente do Tribunal.

**Parágrafo único.** Em caso de ausência do Presidente do Tribunal de Contas assinará seu substituto legal, conforme preceitua o art. 15, da Resolução n.º 02/02 deste Tribunal.

**Art. 3º** As certidões deverão ser expedidas com linguagem clara, fazendo menção às disposições legais atendidas ou não atendidas, conforme o caso, além da data de emissão e prazo de validade.

§ 1º A certificação do cumprimento de dispositivos da legislação, tais como os limites de gestão fiscal e percentuais constitucionais de aplicação de recursos na saúde e educação, serão obtidos através da última decisão plenária exarada sobre as contas anuais e relatórios de gestão fiscal.

§ 2º Os limites e percentuais legais necessários à certificação de regularidade ou não do órgão, no caso de decisão plenária sobre as contas anuais, deverão estar expressamente consignados no respectivo parecer prévio.

§ 3º Com relação às contas dos exercícios ainda não analisados e do exercício em curso, o cumprimento das exigências constitucionais e legais terão como base as informações constantes nos relatórios resumidos da execução orçamentária e nos de gestão fiscal, devidamente publicados e encaminhados a esta Corte de Contas.



# Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso

Secretaria Geral do Tribunal Pleno

---

**I** – O comprovante da publicação de que trata o *caput* deverá ser enviado a este Tribunal até o dia 15 (quinze) do segundo mês subsequente ao encerramento de cada bimestre, no caso de relatório de execução orçamentária, e até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao encerramento de cada quadrimestre, quando se tratar de relatório de gestão fiscal.

**II** - No caso de Municípios que se utilizem da faculdade prevista nas alíneas do inc. II, do art. 63, da Lei Complementar n.º 101/2000, o encaminhamento dos referidos relatórios deverá se dar até o dia 15 (quinze) do segundo mês subsequente ao encerramento do semestre.

**Art. 4º** Serão expedidas as seguintes certidões:

**I** – Certidão Negativa de Débito, para fins de recebimento ou concessão de recursos financeiros através de contratos, convênios, ajustes, acordos ou instrumentos congêneres;

**II** - Certidão Positiva de Débito Com Efeitos de Negativa, em casos de pendências de ex-gestores ou de parcelamento de dívidas, devidamente comprovadas com medidas administrativas e/ou judiciais;

**III** – Demais Certidões, com teor específico, dependendo da fundamentação da solicitação.

**Parágrafo único.** Não existindo informação a ser prestada pelo Tribunal, deverá constar da certidão as expressões “nada consta” ou “não há registros ou valores a informar”.

**Art. 5º** Para o cumprimento desta Instrução, é imprescindível que o Departamento de Expediente - Núcleo de Protocolo, no caso de contratos,



# Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso

Secretaria Geral do Tribunal Pleno

convênios, ajustes, acordos ou instrumentos congêneres, ao cadastrar os processos, informe no sistema a data de entrada do pedido, os interessados, o

assunto, o valor, a vigência e o prazo para prestação de contas, além do resumo do objeto pactuado.

**Art. 6º** Para o recebimento da Certidão Negativa de Débito o jurisdicionado deve estar quite com o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, nos termos do § 2º do art. 198, da Resolução n.º 02/2002 – Regimento Interno do Tribunal.

**Art. 7º** As Certidões deverão conter o nome da instituição solicitante, o número da inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ e os dados pessoais do responsável pela instituição.

**Parágrafo único.** Os dados pessoais a que se refere o *caput* deste artigo são: endereço completo, CPF e RG, sendo este último com o respectivo órgão emissor e data de emissão.

**Art. 8º** Os prazos de validade das certidões serão estabelecidos em função do exercício a que se referem e da data da sua emissão, conforme os períodos de apuração dos limites contidos na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e demais legislações.

**Art. 9º** Após a formalização do pedido de certidão, a sua emissão se dará no prazo máximo de 15 (quinze) dias, conforme disposições do inc. XI, do art. 129 e seu § 10, ambos da Constituição Estadual, ressalvados os casos de ausências de informações ou documentos por parte do órgão ou entidade solicitante.

**Art. 10** Para o cumprimento de sua competência certificatória, o Tribunal poderá deliberar sobre outros requisitos a serem preenchidos pelos interessados, além dos já estabelecidos.



# Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso

Secretaria Geral do Tribunal Pleno

---

**Parágrafo único.** As certidões de que trata esta Instrução Normativa poderão conter ressalvas expressas quanto à verificação dos fatos que nelas estejam sendo certificados.

**Art. 11** Ficam aprovados os modelos de certidões em anexo.

**Art. 12** Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, em Cuiabá, 10 de dezembro de 2002 .

Conselheiro ARY LEITE DE CAMPOS – Presidente, por substituição legal.

Conselheiro UBIRATAN SPINELLI

Conselheiro ANTONIO JOAQUIM - Corregedor Geral

Conselheiro JOSÉ CARLOS NOVELLI

Conselheiro VALTER ALBANO

Conselheiro JÚLIO CAMPOS

Procurador de Justiça dr. MAURO DELFINO CÉSAR